

DAS LEGISLAÇÕES INTERNACIONAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL À FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ÀS PRÁTICAS INCLUSIVAS

Edileine Vieira Machado

emachado@diabrasil.com.br

Este número Revista Eletrônica @mbienteeducação traz ricas contribuições para o campo educacional, mais especificamente no que se refere à temática inclusão. Apresenta desde profundas reflexões, estudos e pesquisas sobre reflexos das políticas internacionais nas Políticas Públicas de Inclusão brasileira, estudos sobre a realidade escolar inclusiva, práticas inclusivas no Brasil, formação de professores para atuarem numa escola inclusiva, em dimensões teóricas e práticas. Os leitores terão oportunidade de conhecer diferentes autores, com linhas de pensamentos e estudos diferentes, possibilitando a contraposição e profundo diálogo acadêmico com seus autores.

No primeiro artigo, “Reflexos das legislações internacionais nas políticas públicas de inclusão no Brasil”, Lafayette Pozzoli faz uma reflexão sobre o processo de inclusão social, a partir da legislação internacional e dos organismos internacionais e suas influências no processo brasileiro:

As políticas públicas de inclusão social penetraram a legislação nacional, por influência da legislação internacional. Isso é salutar. A dificuldade encontrada é na concreta efetividade dessas normas.

Um dos direitos fundamentais da pessoa humana é o direito ao trabalho, uma conquista no plano do direito internacional e já presente nas constituições dos diversos países. Se a deficiência (seja ela mental, sensorial ou física) dificulta o acesso a esse direito, torna-se necessário buscar meios para a superação do problema. Não importa se os meios adotados se alocam na área do direito ou não; importa, sim, que independentemente dos meios que são utilizados, do ponto de vista jurídico, estará sempre buscando a efetividade da norma constitucional, que garante aquele direito.

Rosita Edler Carvalho, em “Cartografia do trabalho docente na e para a educação inclusiva”, denuncia uma nova forma de mascarar a “inclusão”, que é a contratação desses novos profissionais, “os facilitadores”; faz uma crítica séria à política educacional de inclusão, que, sempre preocupada com o produto final, esquece do primordial, ou seja, o diagnóstico das diferentes realidades. Sugere um caminho: fazer uma cartografia antes da elaboração de documentos e propostas de formação de professores e gestores dos “diferentes brasis” e destaca a importância do trabalho cooperativo, da participação — conceitos básicos para quem pretende trabalhar com inclusão:

Considerando-se a diversidade de situações que podemos identificar na multiplicidade e complexidade do trabalho docente na e para a inclusão, seria desejável que, antes da elaboração de documentos que contêm diretrizes de orientação inclusiva ou da organização de cursos de formação continuada, fosse realizada uma pesquisa, como um trabalho cartográfico. (...) Talvez as recomendações políticas e os conteúdos dos cursos fossem mais consentâneos com nossas realidades e com as necessidades dos professores! E, como inclusão educacional é um processo, talvez pudéssemos identificar as estratégias mais adequadas para que dê certo, com a remoção de barreiras para a aprendizagem e participação de todos(as).

Por sua vez, Fátima Denari, em “Educação especial e Inclusão Escolar: das dimensões teóricas às ações práticas”, escreve sobre o desafio da inclusão nas suas diferentes esferas: financeira, gestão e desempenho profissional:

Pressupõe-se que a inclusão de alunos com deficiências na escola comum, é, antes, uma demanda social relacionada aos direitos primeiros de educação, cujo fundamento ético independe de outros fatores considerados na conveniência de sua implementação. Devem ser consideradas ainda: a dimensão política educativa; as práticas pedagógicas e sua fundamentação epistemológica; a gestão institucional e a cultura escolar. Tais condições alinhavam um conjunto complexo de processos de ação e reflexão que pressupõem efetuar uma mediação entre o passado e o futuro, aprendendo com e aprendendo por experiência, erros e melhorias alcançadas.

Em “Políticas Públicas para Inclusão Educacional: o professor e o aluno com baixa visão”, José Luiz Mazzaro discorre sobre o desafio de se implantar uma política inclusiva e sobre a importância da participação da família na escola e no processo de inclusão, além da capacitação de professores:

Considerando a importância do papel do professor e dos pais para o sucesso da inclusão socioeducacional do aluno com baixa visão, oferecem-se algumas sugestões para adequação do processo de inclusão desses alunos: implantação de programa de capacitação continuada aos professores do ensino regular e, em caráter de urgência, para aqueles que atendem alunos com baixa visão; revitalização do Projeto Nacional para Alunos com Baixa Visão (PNABV) e da Campanha Nacional de Reabilitação Visual — Olho no Olho; (...) ampliar a parceria entre os sistemas educacional e de saúde, objetivando o desenvolvimento de ações conjuntas e articuladas de prevenção, promoção da saúde visual, atendimento especializado em baixa visão, orientação aos pais, familiares e professores.

Marilda Moraes Garcia Bruno, em “A construção da escola inclusiva: uma análise das políticas públicas e da prática pedagógica no contexto da Educação Infantil”, discorre sobre a inclusão de crianças com deficiência em creches e pré-escolas, ressaltando que essa prática é uma questão de direito humano e social. Esse artigo apresenta leitura reflexiva das políticas sociais de inclusão educacional e prática inclusiva em creches e pré-escolas:

A pedagogia para a infância, democrática, de qualidade para acolher a diversidade e atender às necessidades educacionais especiais, depende das relações socioculturais mais amplas, das intenções, ações políticas concretas e das contradições da prática: dos interesses e do jogo de poder entre os envolvidos. Depende, ainda, no meu entender, das interações e relações que o grupo estabelece entre si, das negociações, dos projetos, das metas, dos planos, da formação de professores e, em especial, de como a comunidade escolar se aproxima e enfrenta os conflitos sociais.

Ivete De Masi, em seu artigo, “Em busca de caminhos para a concretização das Políticas Públicas de Inclusão”, apresenta breve descrição do processo histórico, das políticas públicas e da preparação de profissionais com deficiência. Apresenta resultado de pesquisa junto a alunos de Pedagogia com relação a como se sentem profissionalmente adiante da possibilidade de assumir uma sala de aula em que estudam alunos com deficiência e ressalta a importância de se fazer a inclusão com responsabilidade:

Para que as Políticas Públicas de Inclusão tornem-se realidade, é necessário seriedade política no trato do processo, envolvimento da comunidade educacional no planejamento, formação inicial e continuada do professor, desenvolvimento de modelos de parceria entre ensino comum e especial, responsabilidade social no trato do assunto e... tempo.

O poder político não pode atropelar o processo de inclusão responsável realizando ações atrapalhadas e equivocadas tão-somente para levar “os louros” de uma pretensa vitória. A sociedade absorve as mudanças de modo natural.

Luis Antonio Groppo, em “Desigualdade, Exclusão e Educação: algumas considerações inspiradas pela questão da inclusão”, escreve sobre conceitos como classe social, exclusão e inclusão na Educação e a relação entre sistema de ensino e estrutura de classes:

Se o termo integração social indica a necessidade de transformação das condições do indivíduo ou do grupo a ser integrado, o termo inclusão se refere à adaptação de um ou alguns setores da sociedade para receber o “excluído”, sem maiores alterações no modo de ser do segundo. Ambos os termos têm uma interessante história na sua aplicação em relação aos portadores de deficiência na educação. Documentos de instituições supranacionais e legislação nacional têm referendado, nos últimos anos, o termo inclusão em detrimento da integração. Entre esses documentos, destaca-se a Declaração de Salamanca, de 1994, do qual o Brasil foi signatário.

Em “Percepções e sentimentos do mundo da sala de aula”, Olga Solange Herval apresenta resultado de pesquisa a respeito de percepções e sentimentos de alunos com deficiência visual de escolas estaduais de Porto Alegre – RS, sobre a inclusão e convívio com professores e alunos que enxergam:

(...) o aluno com cegueira ou baixa visão incluído no ensino regular precisa de oportunidades significativas para construir sua própria identidade, o que

compreende também a tomada de consciência das suas potencialidades e de suas limitações. O professor deve, sim, incorporar esse aluno com deficiência visual ao seu grupo. Ou seja, como seu aluno, não apenas da sala de recursos, mas da escola, sem perder de vista o fato de que sua percepção de mundo se realiza por meio de outras vias que não a visão. Portanto, difere das dos outros colegas que enxergam — é o caso do aluno cego. Já o aluno com baixa visão possui um resíduo visual que deve ser considerado pelas informações que o meio pode oferecer ao sujeito.

Norma Silvia Trindade de Lima, em “Por uma práxis educativa inclusiva e responsável”, salienta o compromisso da educação com a configuração social e cultural.

É legítima a função da educação em preservar, socializar e desenvolver o acervo cultural sistematizado. Mas, sobretudo, é fundamental assumir o papel que lhe cabe na formação ética dos sujeitos sociais, questionando os seus modos de subjetivação. Uma vez que, como já dito, o ato de ensinar é, indissociavelmente, um ato político. (...) a educação parece ter uma contribuição ímpar quanto ao incremento da utopia: superar o pragmatismo instrumental para uns e a flexibilidade para outros, semear poesia e potencializar mentes criativas e solidárias. Nesse caso, fundamentalmente, contribuindo com uma configuração social e cultural em prol de uma sociedade plural e responsável. Posto que seja inclusiva para todos, incondicionalmente.

Em “A acessibilidade no cotidiano de pessoas com deficiência visual” Sônia Maria Chadi de Paula Aruda faz uma reflexão sobre inclusão social e questões da acessibilidade, considerando as políticas públicas:

A inclusão social mobiliza a participação de pessoas com deficiência nas diferentes situações do cotidiano. A habilitação ou reabilitação facilita a aprendizagem das tarefas diárias e contribui para que a tecnologia assistiva ou ajudas técnicas sejam utilizadas. A construção de conhecimentos, a acessibilidade dos ambientes e a aquisição de ajudas técnicas facilitam a prática das tarefas diárias, minimizam a dependência e maximizam a independência e autonomia no cotidiano. Contudo, ainda há muitas barreiras para atingir o ideário da inclusão social.

Roberta Galasso Nardi, em “Ressignificando os processos inclusivos a partir da Complexidade e do Pensamento Eco-Sistêmico”, apresenta resultado de pesquisa sobre possibilidades da Educação Especial nos processos inclusivos, faz uma análise do diálogo entre as áreas da saúde e educação e trata da formação de professores para construção desses processos:

(...) o princípio da equidade, equiparação de oportunidades entre pessoas com ou sem deficiência, significa que as necessidades de todo indivíduo devem ser levadas em conta com o mesmo grau de importância na sociedade. Todos os recursos devem ser empregados de maneira que garantam iguais

oportunidades de participação a todas as pessoas. Para tanto, consideramos o objetivo fundamental da educação: formação do cidadão em todas as dimensões de sua relação com o mundo e consigo mesmo. A necessidade de discutir e elaborar vai se constituir no motor das relações que se estabelecem em todos os lugares, situações e momentos ao longo da vida de cada um. Esta discussão traz a necessidade da sistematização do conhecimento, o desenvolvimento da argumentação e a elaboração dos processos de cognição.

María Luisa Sevillano García, em “Nuevos espacios virtuales para la formación e inclusión a lo largo de la vida”, apresenta estudo sobre a presença e influência das novas tecnologias na vida de pessoas em idades e situações. Faz-nos refletir sobre como deve ser o uso das novas tecnologias de maneira apropriada no processo de aprendizagem; como devem ser utilizadas as novas tecnologias no processo de inclusão:

Cada persona debería tener la posibilidad de adquirir las competencias y los conocimientos necesarios para comprender la Sociedad de la Información y la economía del conocimiento, participar activamente en ellas y aprovechar plenamente sus beneficios. Debe promoverse el empleo de las TIC en todos los niveles de la educación, la formación y el desarrollo de los recursos humanos. La educación continua y de adultos, la formación en otras disciplinas y el aprendizaje a lo largo de la vida, la enseñanza a distancia y otros servicios especiales, pueden ser una contribución clave para la ocupabilidad y ayudar a las personas a aprovechar las nuevas posibilidades que ofrecen las TIC para los empleos tradicionales, el trabajo por cuenta propia y las nuevas profesiones. En este sentido, la sensibilización y la alfabetización en el ámbito de las TIC son un sustento fundamental.

Em “Reflexões sobre inclusão com responsabilidade” Marcos José da Silveira Mazzotta, em sua colaboração especial para esse número da revista, numa visão humanista, chama-nos a atenção sobre a inclusão com responsabilidade, a importância da convivência e a necessidade de se considerar o indivíduo a ser incluído como pessoa ou sujeito:

(...) de início assinalamos nossa convicção de que a inclusão, ou seja, a convivência respeitosa de uns com os outros, é essencial para que cada indivíduo possa se constituir como pessoa ou sujeito e, assim, não venha a ser meramente equiparado a qualquer coisa ou objeto. (...) Acreditamos que na concretização da educação escolar poderá ser melhor utilizar diferentes auxílios e serviços educacionais, que venham de fato atender bem às necessidades dos alunos, do que colocá-los em uma única, esplêndida e especialíssima escola, sem que todos fiquem sem as competentes respostas às suas necessidades básicas de aprendizagem para uma vida digna e feliz.

Em entrevista, a professora Dorina de Gouvêa Nowill, também numa visão humanista, fala-nos a respeito de sua experiência enquanto educadora e pessoa com deficiência visual que vivenciou e experi-

mentou o processo de inclusão nos Estados Unidos e, depois, aqui no Brasil. Apresenta-nos como compreende a Educação e a Educação Especial e como deve ser o professor que trabalha com inclusão:

(...) nós somos deficientes, mas isso não nos tira a qualidade de ser humano, e é isso que é importante pra nós, professores. As considerações que nós queremos fazer em relação a essa Educação Especial são que ela é muito importante. Que de realmente especial ela não tem muito, porque ela é educação, e a educação ou é especial e considera o ser humano como ser humano ou não existe. (...) Ou é especial ou não é educação. Porque a educação tem de ser especial pra todos. Todos nós precisamos dentro da educação de aspectos que diferem. E nós temos cinco dedos iguais na mão? — não. Somos todos assim tão perfeitamente iguais e morfológicamente iguais? — não. Mas somos iguais em essência, que e é o que vale, e é daí que parte o verdadeiro sentido da inclusão: de que nós devemos fazer parte, vamos ter deficiências, vamos ter dificuldades pra vencer, mas isso é o mundo, isso são os seres humanos.

Por fim, a resenha realizada por Ivete De Masi do livro ... *E eu venci assim mesmo*, em que a autora, Dorina de Gouvêa Nowill, narra sua vida pessoal e profissional, historiando a evolução da Educação Especial e da Reabilitação para pessoas com deficiência visual no Brasil, na qual teve parte ativa e importante. Sua postura humanista permeia a explanação dos fatos vividos.

Convidamos a todos os interessados na temática da inclusão a fazer a leitura desta Revista.
Boa leitura a todos!

Edileine Vieira Machado

Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da USP. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Inclusão Social – NEPIS. Professora do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Cidade de São Paulo.